



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

77/ma/2024
f

Ata nº. 06/2024

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
RESENDE, REALIZADA EM
23.12.2024.

LOCAL: _____

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. _____

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: _____

PRESIDENTE: Jorge Cardoso Machado (PS); _____

1º SECRETÁRIO: Adão Francisco Almeida Azevedo (PS); _____

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS); _____

SECRETARIADO: Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, Paulo Jorge Vieira Correia. _____

HORA DE ABERTURA: _____

Eram 15h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão. _____

PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); _____

VEREADORES: _____

Fernando Silvério Cardoso de Sousa (PPD/PSD); _____

Maria José Rodrigues Dias (PS); _____

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PPD/PSD); _____

Amadeu de Vasconcelos (PS); _____

Carla Sofia Pereira Lacerda José (PPD/PSD); _____

Carla Sofia Bernardo Costa (PS); _____

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: _____

Verificaram-se as seguintes faltas e substituições: _____

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS), foi substituído pela Tesoureira, Ana Patrícia Almeida Rodrigues. _____

A Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Anreade e São Romão (PS), foi substituída pelo Tesoureiro, Marco Manuel Ribeiro de Moura. _____

O membro Hugo Miguel Fernandes Pereira Rabaça (PPD/PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro Maria Goreti Silva P. B. Carneiro (PPD/PSD). _____



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O membro **Alexandra Peralta Maria Vieira (PS)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro **Álvaro Augusto Matos Almeida (PS)**.-----

O membro **José Carvalho de Freitas (PPD/PSD)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro **Sérgio Miguel Cardoso Almeida e Sousa (PPD/PSD)**.-----

O membro **Pedro Miguel Morais Caldas Oliveira Lima (PPD/PSD)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro **Sérgio José Ferreira Pinto Gomes (PPD/PSD)**.-----

O membro **António Eduardo Marques Loureiro (PPD/PSD)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro **Nelson Fernando Gonçalves Alves (PPD/PSD)**.-----

JUSTIFICAÇÃO/INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

Faltaram injustificadamente à última sessão ordinária os membros **Álvaro Augusto Matos Almeida (PS)** e **Maria Manuela Pereira da Silva Loureiro (PPD/PSD)**.-----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2024, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida ata colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade (os membros que não estiveram presentes na sessão a que a ata respeita, não participaram na discussão nem na sua aprovação, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do Código do Procedimento Administrativo).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:-----

Verificaram-se as seguintes intervenções.-----

Américo Colaço Pinto, residente no Lugar da Fraga, freguesia e concelho de Resende, solicitou esclarecimentos sobre a legalidade do ocorrido na última reunião de Câmara, em que o senhor Presidente da Câmara abandonou o Salão Nobre devido à sua presença. Em seguida, explicou que a sua intervenção estava relacionada com a necessidade de reparação de um caminho e com a situação do saneamento que escorre para o seu tanque, situação que causa mau cheiro e aguarda a sua resolução há já muito tempo. Disse ter já tentado resolver o problema por diversas vezes junto do Município, mas, até ao momento, nada foi feito, tendo inclusive recorrido ao Ministério da Saúde, mas que a situação prevaleceu. Referiu que para chamar atenção para o problema, encheu dois baldes com água e detritos provenientes do referido tanque e colocou-os à porta da Câmara, como forma de comprovar a situação. Disse ainda que após o ato, foi chamado pela GNR a prestar declarações,



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde assumiu de imediato a responsabilidade e explicou os motivos por tal ação, tendo o processo sido arquivado, mas que a Câmara Municipal poderia recorrer do arquivamento, caso assim o entenda, manifestando-se disponível para esclarecer mais uma vez toda a situação e motivos.-----

Presidente da Mesa – Informou o munícipe e o plenário que o senhor Presidente da Câmara encontrava-se atrasado por motivos pessoais, pelo que as explicações seriam prestadas pela senhora Vice-Presidente da Câmara.-----

Vice-Presidente da Câmara – Informou o plenário que o senhor Américo Colaço Pinto atualmente não é residente no concelho de Resende. Relativamente às declarações proferidas, disse que efetivamente o senhor Presidente da Câmara manifestou já a intenção de recorrer perante a atitude tida pelo senhor Américo Colaço Pinto, considerando-a como um gesto indecente para com o Município de Resende. Lembrou que os Paços do Concelho representam toda a população do concelho de Resende, significando que o ato não desrespeitou apenas o senhor Presidente da Câmara, mas sim toda a população do concelho de Resende, motivo pelo qual provavelmente mudou de concelho. Deu nota que os serviços municipais procederam já à limpeza do tanque, referindo que apenas poderá ter havido algum mal-entendido relativamente a situação. Disse reconhecer o direito à reivindicação, mas manifestou total discordância pela forma como o senhor Américo Colaço Pinto a fez. Lembrou, mais uma vez, que o ato praticado não colocou em causa apenas o senhor Presidente da Câmara, mas sim o Município de Resende, os seus eleitos e toda a população do concelho.-----

Presidente da Mesa – Esclareceu que qualquer cidadão tinha o direito de pedir esclarecimentos, questionar e obter respostas sobre assuntos que entendessem como importantes para o Município.---

Américo Colaço Pinto – Lembrou que a situação já se arrasta desde o ano de 2017 e que a mudança para outro concelho foi uma consequência da falta de resolução do problema.-----

Vice-Presidente da Câmara – Reforçou mais uma vez a sua discordância pelo ato e que seriam tomadas providências para que o senhor Américo Colaço Pinto responda, em local próprio, pelo mesmo.-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Ao aproximar-mo-nos do final de mais um ano, gostaria de começar esta intervenção com um agradecimento a todos aqueles que, ao longo de 2024, se dedicaram ao serviço público e ao bem-estar da nossa comunidade. Vivemos tempos desafiantes, que exigem de todos nós não apenas empenho, mas também uma capacidade renovada de diálogo, cooperação e construção conjunta de soluções. Resende enfrenta desafios que só poderão ser superados com o contributo e a união de esforços de todos, independentemente das nossas diferenças políticas. A bancada do PSD gostaria de reafirmar o compromisso em colocar o interesse do concelho acima de qualquer diferença



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Michael J

partidária. Acreditamos que, ao privilegiarmos o diálogo e ao trabalharmos em conjunto, podemos criar melhores condições para as famílias, os jovens, os idosos e todos os que aqui vivem e contribuem para o desenvolvimento de Resende. Neste espírito de união, aproveito esta oportunidade para desejar a todos um Santo Natal e um Ano Novo repleto de saúde, felicidade e realizações. Que 2025 nos traga a inspiração e a determinação para construir e valorizar um concelho mais próspero, justo e solidário. Boas Festas a todos. Muito obrigado.”-----

José Manuel Carmo Vicente (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Decorria o ano de 2005 quando o então presidente do Município, Eng. António Borges, concluiu mais uma obra de destaque para Resende, o Museu Municipal. Nesse mesmo ano foi dada a oportunidade à minha esposa, à Dr^a Carla Vicente que se encontrava a trabalhar no Museu de Lamego, para vir instalar o Museu em Resende. A obra encontrava-se concluída, mas faltava o espólio que viria a ser o acervo do museu. Durante um ano foram feitas várias diligências por todas as freguesias em busca de património que pudesse vir a integrar as exposições permanentes do museu, nomeadamente e relativamente à sala de Etnografia, sala do Rio Douro, sala do Eng. Edgar Cardoso e sala de Arqueologia. Em 2006 o Museu abre portas ao público e por despacho nº 3 de 2013, do presidente do município, nomeia Dr^a Carla Vicente responsável pelo Museu. Durante quase 20 anos a Dr^a Carla Vicente dedicou a sua vida e conduziu o museu exemplarmente no seu horário de trabalho e fora dele, pois foram muitas as horas que se dedicou a fazer investigação, visitas guiadas e a receber grupos em prol do concelho e dos executivos que se foram sucedendo. Durante este tempo o museu praticou vários horários, contudo o horário das funcionárias, apesar de se adaptarem aos horários de abertura do museu, era de segunda a sexta, sendo que aos fins de semana e feriados acumulavam horas no banco de horas ou horas extraordinárias. A falta de recursos humanos verificada neste último mandato, de quatro para duas funcionárias, levou a que o executivo ao invés de resolver a falta de recursos humanos, viesse a mudar o horário do museu e das funcionárias para desta forma as mesmas não se queixassem de trabalhar todos os fins de semana. Desde julho de 2023 o atual executivo decidiu mudar unilateralmente o horário do museu, de segunda a sexta para de terça a sábado, estando fechado apenas à segunda-feira. Pelo que o comunicou verbalmente às funcionárias sem sequer as ouvir. De acordo com “Acordo coletivo de trabalho, cláusula 3^a, nº4 - O empregador público não pode alterar unilateralmente os horários de trabalho individualmente acordados, “nº5 - todas as alterações de horários devem ser fundamentadas e precedidas de consulta aos trabalhadores abrangidos e aos delegados sindicais. Desde esse momento que as funcionárias não concordaram com esta mudança, mas foram fazendo esse horário na expectativa de se colmatar a falta de recursos humanos no Museu, de forma a poderem folgar ao fim de semana. Um ano e meio depois nenhuma alteração foi feita. Apenas duas pessoas a assegurar o Museu Municipal, uma técnica superior e uma assistente técnica, sendo que muitas vezes que a técnica superior tinha de fazer fim de semana, o seu trabalho era como rececionista do museu, pois não pode fazer visitas guiadas e ao mesmo tempo assegurar a receção. É isso mesmo, das quatro



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature

funcionárias afetas ao museu, apenas duas asseguram o serviço. Depois disto tudo e tendo em conta as dificuldades as funcionárias decidiram expor as suas preocupações ao senhor Presidente através de ofício, na expectativa que este pudesse resolver o problema. Contudo, contrariamente ao que esperavam foram “convidadas” a mudar de serviço, nomeadamente e no que respeita à minha esposa para a Biblioteca Municipal. Sim. Não é o que passa para o público. A minha esposa não saiu do Museu porque quis, saiu porque não lhe foram dadas as condições de trabalho para que pudesse exercer a sua atividade e poder conciliar a vida pessoal e familiar, necessidades que qualquer trabalhador necessita para poder continuar motivado. As perguntas que tenho para o senhor Presidente e que poderá responder mais tarde não necessita de ser hoje, são as seguintes, o executivo não poderia ter colocado mais um ou dois recursos humanos no museu, para assegurar o horário que pretendeu praticar e assim as funcionárias poderem folgar alguns fins de semana? Que necessidade houve para alterar o horário das funcionárias para de terça a sábado? A grande afluência de visitantes ao museu? Tem conhecimento da quantidade de visitantes do Museu ao fim de semana ao longo do ano? Justifica-se a abertura permanente do museu aos sábados? E aos domingos e feriados? Tem a noção que o museu apesar de ter uma responsável pelos serviços educativos não realizou qualquer atividade neste último mandato? Chegou a ler o ofício remetido pelas funcionárias a sua V. Ex^a? Enquanto Presidente do Município e médico de profissão não é sensível às preocupações apresentadas pelas trabalhadoras, nomeadamente no respeito ao seu estado de saúde? Considera que propor às funcionárias a mudança de posto de trabalho foi uma solução para os problemas identificados na exposição que fizeram?-----

Presidente da Câmara – Agradeceu as palavras do líder da bancada do PPD/PSD, retribuindo os votos de Boas Festas. Solicitou ao senhor Presidente da Mesa autorização para que a senhora Vice-Presidente e Vereadora do Pelouro de Ação Social, Emprego e Recursos Humanos pudesse dar explicações ao solicitado pelo membro José Manuel Carmo Vicente.-----

Vice-Presidente da Câmara – Eu, se o senhor Presidente da Câmara depois me permitir, vou enviar a vocês todos a exposição que foi feita pelas duas funcionárias. Vocês irão ter conhecimento das acusações graves que foram feitas ao município naquela informação. Depois de tecer aqui alguns comentários que eu acho lamentáveis, que é um deputado municipal vir tomar as dores da esposa num plenário como este. É lamentável. Em vez de vir defender o concelho, vem defender os direitos da esposa. Mal estamos. Depois, dizer o seguinte: em momento algum foi proferido algum despacho que diga que a pessoa é a coordenadora do museu. Diz apenas que a pessoa é responsável por reportar tudo aquilo que é do museu, no que diz respeito a questões do edifício. Se há uma janela partida, se há alguma coisa que não está bem, é esse o despacho que existe. Em momento algum, até porque nós não temos num mapa de pessoal descrito que temos uma responsável pelo museu. Não há nada em lado nenhum. Aquilo que foi dito aqui não é verdade. A Dr^a Carla Vicente é uma técnica superior na área de História, que por acaso estava a prestar serviço num museu municipal. Significa que estava ela e estavam mais duas colaboradoras afetas, que são, e vamos chamá-las



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelos nomes: a Anabela Cardoso, que no momento se encontra de baixa, que era recepcionista, e uma assistente administrativa, que é a Isabel Barrosa. E a Dr^a Nelma, e eu vou-lhe chamar pelos nomes, a Dr^a Nelma é técnica da área de Educação e presta apoio à área de Educação. Por sua vez, presta algum apoio na área educativa ao Museu Municipal. Não está no Museu Municipal. Quando fazem aqui a referência à Dr^a Nelma, ela é técnica da Educação, que, por sua vez, fazia serviço no Museu Municipal quando era necessário. Outra coisa: durante este ano, várias vezes, outras funcionárias assumiram o serviço do museu. E está aqui uma pessoa que não me deixa mentir. Se perguntarem ao Chefe de Divisão, se perguntarem ao deputado Miguel, que tem responsabilidades também no centro escolar, perceberão que outras pessoas passaram pelo Museu Municipal. Dizer também que a pessoa tem direito a folgar dois dias por semana, é o que a lei diz. A lei diz que as pessoas trabalham cinco dias e, obrigatoriamente, têm que folgar um. Obrigatoriamente, a seguir, têm direito a dois dias. Significa que o museu, neste momento, tem horário de terça a sábado e folga domingo e segunda. São dois dias de folga. O que muitas das vezes acontecia era as pessoas terem que se revezar ao domingo. Mas era passado por várias pessoas. E, se isto é ilegal, estamos mal. Se agora é uma técnica superior do município de Resende que vem aqui exigir, desculpem, e vocês estiverem cá para o ano, outras pessoas. Se todos os técnicos municipais, os técnicos superiores do município, os assistentes operacionais, que estão nos diversos equipamentos, viessem a exigir isso, estávamos muito mal. Agora temos uma técnica superior que queria vir mandar. E vocês têm o reflexo aqui hoje. É que hoje temos aqui o marido a vir, desculpem o termo, reivindicar os direitos da esposa, em vez de reivindicar os direitos do município. Estamos muito mal nesse aspeto. O horário é um horário legal. Se não fosse um horário legal, então as piscinas, estão aqui funcionários das piscinas, as piscinas funcionam até às nove da noite, vão abrir brevemente. Os pavilhões municipais funcionam até às onze e até à meia-noite. O CRO funciona, nunca fecha. Há vários serviços; a loja interativa também está aberta ao domingo. Agora, nós não vamos fazer aqui um horário específico para cada pessoa, senão mal estavam os serviços públicos. E também mal estava uma Câmara Municipal, em que a Vereadora dos Recursos Humanos e o Chefe de Divisão têm que fazer o que a técnica superior exige. Eu não o faço. E assumo toda a responsabilidade. E também vou-lhe dizer: há outros técnicos de História no município, que, por acaso, estão a prestar serviço no centro escolar. Mas também havia uma técnica no município, que, por acaso, tem mestrado em Museologia e que provavelmente está mais bem qualificada para estar no sítio onde está. E que também é uma técnica do município. Dizer que foi substituída por uma técnica superior, que tem um curso, tem um mestrado em museologia, não em história. Algum problema? Nenhum. O que é que o município fez? Neste caso, a vereadora dos recursos humanos. Uma vez que a senhora fez aquela exposição, e foi-lhe dada a possibilidade, eu vou-vos mandar o que está na gestão documental para vocês terem conhecimento. Foi-lhe dada a possibilidade de poder, uma vez que aquele horário era para manter, se a pessoa quisesse mudar de equipamento, poderia o fazer. E foi-lhe dada a possibilidade de ela, Dr^a Carla Vicente, assumir funções na biblioteca municipal, e a D^a Isabel Barrosa exercer as funções na



Handwritten signature: José Manuel

digitalização, de segunda a sexta-feira, das nove às cinco. Uma delas respondeu que abdicada disso, e que afinal queria ficar no museu, que apenas aquilo que era só para dizer que havia falta de recursos humanos. A Dr^a Carla Vicente assumiu que queria mudar de equipamento. Não foi a vereadora que lhe impôs nada. Foi ela que disse, escreveu, e vocês depois vão verificar, que eu vou pedir ao Dr^o Pinto para mandar todo o historial para vocês verem. Foi-lhe dada a possibilidade. E ela disse que assumia funções lá. A partir do momento que ela assume funções lá, a obrigação de quem tutela os recursos humano é tentar substituir a pessoa que lá está. E toda a gente sabe que eu prezo muito as competências e o currículo de cada um, independentemente da cor política. E há pessoas que estão aqui, que já trabalharam comigo noutros lados e sabem como é que eu funciono nisto. E a minha primeira coisa foi, uma vez que a pessoa vai sair de lá, foi tentar arranjar outro recurso humano que tivesse perfil para assumir o museu, dentro daqueles que existiam. Tínhamos mais uma técnica de história e tínhamos uma senhora que tinha um mestrado em museologia. E o que é que se fez? Foi tentar fazer as coisa como se devia. Naturalmente se alguém é de história e outro tem mestrado em museologia, fez-se o que qualquer um, minimamente inteligente pensa, primeiramente está quem tem mestrado em museologia, e foi o que aconteceu. Chamei a Inês Correia, que por acaso é deputada mas também funcionária do Município, e disse passa-se isto, se quiseres assumir funções no museu, eu não quero lá ninguém contrariado mas o museu vai manter aquele horário. Se a Inês não aceitasse passaria-se ao plano B, que seria a Sara, que tem o curso de história. Se nenhuma delas aceitasse, naturalmente que o museu iria ficar aberto, provavelmente não como uma técnica mas com pessoas que iria-mos lá alocar conforme a circunstância. Dizer também que acho que não é crime nenhum alguém ir ao museu e rececionar um grupo, eu também já o fiz, qual é o problema? Há pessoas que sofrem de determinadas coisas eu não sofro. Se calhar estou aqui com as mão assim, temos pena. Porque se calhar andei a mexer na terra ontem. Há quem não tenha problemas e faça qualquer coisa e há outros que tem esses problemas. Vou fazer questão de mandar a todos deputados municipais o que está na gestão documental e o que levou a alteração. E dizer que a Dr^a Carla Vicente é Técnica Superior de História e que o conteúdo funcional dela diz que ela pode prestar serviços no âmbito da cultura ou dentro daquela área, não diz lá que tem de ser técnica ou que tem de estar afeta ao museu.”-----

José Manuel Carmo Vicente (PS) – Esclareceu que, na sua intervenção, não pediu nada em benefício da sua esposa, até porque esta já se encontrava no novo local onde irá trabalhar. Afirmou não ter nada contra a Dr^a Inês Correia, deixando claro que o motivo da sua intervenção foi exclusivamente o Museu Municipal. Por último disse que na exposição das funcionárias, não se verifica qualquer tipo de acusação.-----

B.2. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPETIVA VOTAÇÃO:-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Foi apresentado e aprovado por unanimidade um voto de pesar, conjuntamente por todas as bancadas, pelo falecimento da **senhora Maria Augusta de Almeida Colaço**, mãe do funcionário do Município, Manuel Colaço Pinto e sogra do funcionário do Município Jaime Pinto, pelo falecimento do **senhor Luís Augusto Sequeira**, Major General da Academia Militar e irmão da deputada e 2ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Maria da Conceição Magalhães e pelo falecimento da **senhora Madalena de Jesus**, avó da funcionária do Município, Ana Cristina Cairrão Sequeira.----

As bancadas do PS e PPD/PSD apresentam-lhes as mais sentidas condolências, assim como a todas as famílias enlutadas.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da “Ordem do Dia” constante da convocatória para a presente sessão:-----

1. Assuntos para conhecimento; -----
2. Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
3. Plano de Ação Municipal do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2030 – Proposta;-----
4. Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – 2025 – Proposta;-----
5. Fixação de Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis – Proposta;-----
6. Participação Variável no IRS – Proposta;-----
7. Derrama – Proposta;-----
8. Documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2025;-----
9. Aprovação do Ponto 7 “Atualização da Tabela de Taxas e Preços”, dos documentos previsionais;-----
10. Aprovação do artigo 8.º do articulado de medidas para orientar a execução orçamental “Apoio a entidades terceiras”, ponto 3 dos documentos previsionais;-----
11. Aprovação do artigo 9.º do articulado de medidas para orientar a execução orçamental “Apoio às competências materiais dos órgãos das freguesias”, ponto 3 dos documentos previsionais;-----
12. Aprovação do artigo 10.º do articulado de medidas para orientar a execução orçamental “Assunção de compromissos plurianuais”, ponto 3 dos documentos previsionais;-----
13. Aprovação do Mapa de pessoal para o ano de 2025, ponto 4 dos documentos previsionais;-
14. Aprovação da autorização genérica para Dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, ponto 11 dos documentos previsionais;-----

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----



Handwritten signature and stamp in the top right corner.

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento:-----

- Junta Freguesia Resende_Pedido Cedência de Espaço no CER e equipamentos - CR_11032/2024;-----
 - Junta de Freguesia de São Cipriano Pedido de Cedência Centro Cultural de S. Cipriano - CR_7322/2024;-----
 - UFAnreade_S.Romão Aregos_Pedido de Equipamentos móveis - CR_10889/2024;-----
 - UFFreigil_Miomães_Pedido de Poda de Árvores - CR_11884/2024;-----
 - UFFreigil_Miomães_Pedido de Pavilhão - CR_11680/2024;-----
 - Junta de Freguesia Cárquere_Alargamento do cemitério - Pedido de retroescavadora - CR_12226/2024;-----
 - Junta de Freguesia Cárquere_Cedência de equipamentos - CR_10940/2024;-----
 - UFFreigil_Miomães_Pedido de Pavilhão de Freigil - Jantar de Natal Idosos - CR_12431/2024;----
 - Junta de Freguesia Cárquere_Pedido de poda de árvores - CR_12225/2024;-----
- Não se verificaram quaisquer intervenções.-----
- Foi tomado conhecimento.**-----

C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Joaquim Alves (PS) – Disse que gostaria de destacar alguns pontos relevantes presentes no documento em apreço, nomeadamente a concretização da entrega dos prémios do Quadro de Excelência do Concelho de Resende – Prémio Rebelo Moniz e Prémio Eça de Queirós, felicitando o Município de Resende, as escolas e, principalmente, os alunos premiados. Referiu ainda constatar, no documento, à realização de diversas empreitadas de grande importância para o concelho, demonstrando-se assim um Município ativo. Por último, congratulou o Município pela decoração natalícia da Vila de Resende.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.3. PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DO PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2030 – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, o Plano de Ação Municipal do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2030.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----



Michael J

Joaquim Alves (PS) – Manifestou a intenção de voto favorável, referindo que todo e qualquer plano que vise a preservação do ambiente e da natureza terá sempre o apoio da sua bancada, sendo o documento em apreciação e discussão um exemplo disso.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.4. TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – 2025 – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, de aplicação de um percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público e local fixo, para todos os clientes finais do Município.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.5. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara propondo que seja aprovada para o ano de 2025 a fixação da taxa de IMI para prédios urbanos em 0,375% nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 112º do CIMI bem como aplicar a redução da taxa do IMI em função do número de dependentes a cargo, nos termos e condições previstos no artigo 112º-A do CIMI.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD), aprovar.**-----

C.6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo que a participação do Município de Resende no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2025 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Resende seja fixada em 0%, conferindo assim a esses sujeitos passivos um benefício municipal de 5% em sede de IRS.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.7. DERRAMA – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2025 o lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pppach

peças coletivas (IRC) do exercício de 2024, abrigo do nº1 do artigo 18º do RFALEI e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€, ao abrigo do nº 24 do artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.8. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2025;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo,, a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano 2025.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“À semelhança dos anos anteriores, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, da responsabilidade da gestão do Partido Socialista, espelham as suas opções e, naturalmente, as opções seriam outras caso a responsabilidade fosse da bancada do PPD/PSD, em consequência com as propostas que apresentamos no nosso programa eleitoral. Infelizmente, continuamos a não conseguir ver nos documentos uma estratégia de valorização da economia e emprego, que contribua para a fixação da população, aumento dos rendimentos e dê uma esperança aos nossos jovens de poderem continuar no nosso concelho. Num período de oportunidades, potenciado pelos instrumentos de financiamento Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Portugal 2030, não vemos, como vai acontecendo noutros municípios, o andamento da implementação da estratégia local de habitação. Ao nível da cooperação com as Juntas de Freguesia, reafirmamos o que temos vindo a defender desde o início do mandato: que os apoios nos parecem manifestamente insuficientes para o desempenho de um papel de maior proximidade com as populações, conferindo-lhes maior eficácia e eficiência na resolução das necessidades. Por estes motivos e pelos apresentados, na reunião da Câmara, pelos nossos vereadores eleitos, votaremos contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano. No entanto, queremos registar, de forma positiva, as afirmações do senhor Presidente da Câmara aquando da discussão do assunto na reunião da Câmara, onde afirmou “que, atendendo a se encontrar em fim de mandato, não pretendia deixar o executivo que assumirá funções no próximo ano sem soluções de financiamento para a estratégia que pretende implementar”. Por esta declaração e, assim como o fizeram os nossos vereadores, também os deputados do PSD desta assembleia expressam e reconhecem tratar-se de uma atitude digna e que enaltece a figura do Presidente no exercício das suas funções.”.-----

Joaquim Alves (PS) – Destacou que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2025 apresentam um acréscimo de cerca de 4% em relação ao orçamento anterior, estando direcionado para investimentos estratégicos, com aproveitamento dos fundos comunitários e de



candidaturas. Realçou investimentos como a requalificação do balneário das Termas das Caldas de Aregos e de toda a sua zona envolvente, a empreitada de adaptação do Seminário Menor de Resende em Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais para pessoas com deficiência mental, o acompanhamento da transição para a era digital, com disponibilização de fibra ótica em todo o concelho, a transição ambiental, com ações que visam essencialmente a melhoria da qualidade de vida dos resendenses, incluindo o acesso a serviços básicos, o desenvolvimento de uma estratégia local de habitação para atender às necessidades do concelho em termos de habitação. Realçou, ainda, manifestando concordância, a intenção de reforçar os apoios às Juntas de Freguesia. Disse que a necessidade do atual e futuro executivo deveria continuar a ser a ligação da Ponte da Ermida a Baião, mas que deveria igualmente ter preocupação com eventuais implicações de conflitos internacionais e pandemias, que podem, de alguma forma, afetar o concelho. Referiu que igual preocupação deverá recair também sobre a situação financeira do Município, reforçando que é imprescindível evitar que futuros executivos herdem uma herança financeira desfavorável, como a herdada pelo atual executivo. Desejou igualmente Boas Festas a todos e um bom ano de 2025. Por último, manifestou a intenção de voto favorável da sua bancada nos pontos seguintes.-----

Presidente da Câmara – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Dizer, em primeiro lugar, pela escolha que vão fazer, da parte do PSD, em reprovar o orçamento. Eu não vou tecer muitos comentários do ponto de vista político, porque, no fundo, o que está aqui inerente é, muito provavelmente, a falta de experiência da liderança de uma Câmara Municipal, o que obriga a que haja vários indicadores a considerar na nossa gestão diária do nosso município. Porque isto funciona tudo à base da capacidade financeira. Portanto, tem que haver um exercício permanente de cuidado e estudo daquilo que é possível fazer, daquilo que constitui mais ou menos risco financeiro, e não só. Portanto, quem tem o cargo de gerir tem que ponderar várias questões para que se minimize a possibilidade de qualquer desastre financeiro e para que não se coloque em causa a estratégia de investimentos e de desenvolvimento progressivo do nosso concelho e a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes. Existem alturas na vida da Câmara em que surgem oportunidades, oportunidades que se abrem, enfim, em determinadas questões, nomeadamente as relacionadas com as possibilidades que temos de adquirir apoio financeiro. Nesta altura, quer pelo PRR, quer pelo Portugal 2020, quer pelo Portugal 2030, abrem-se aqui algumas oportunidades. No decurso do estudo dessas oportunidades, temos que ponderar tudo aquilo que envolve estas decisões, porque são decisões importantes, ou seja, decisões em que a gestão do município tem que manter todas aquelas questões normais do dia a dia: os vencimentos dos trabalhadores, o orçamento desenhado para o final do ano civil, para o ano seguinte, enfim, todas estas coisas têm que ser ponderadas, levando também em consideração o risco de assumirmos decisões arriscadas e complicadas. Têm que ser muito bem avaliadas para que haja lugar à hipótese de investimentos, como foi o nosso caso. Todos nós sabemos do que estou a falar: da obra da requalificação do nosso balneário, que efetivamente é uma empreitada um pouco fora do habitual no município, um



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature

investimento de cerca de seis milhões de euros. Esse dinheiro tem que ser adquirido através de estratégias nos espaços comunitários de apoio, e também temos que perceber que, para conseguirmos determinados apoios, temos que os solicitar e defender nas instâncias de gestão regional, nomeadamente a CCDR Norte e a CIM – Tâmega e Sousa, onde efetivamente temos uma disputa de verbas que estão ao alcance de qualquer município e que têm que ser discutidas em reuniões, na capacidade de conversação e na demonstração das possibilidades concretas, na evidência da concretização necessária. Isto tudo é muito exigente e sobrecarrega, nomeadamente, quem tem a responsabilidade de tomar decisões. Isto, parecendo que não, não mata, mas vai moendo, como se costuma dizer. Em face de uma concreta contradição que acabámos de ouvir do porta-voz do Partido Social Democrata, que, por um lado, diz que a bancada vai votar contra, mas que acaba, de algum modo, por elogiar a nossa decisão de investimento na área do nosso balneário, há aqui alguma contradição. Não têm experiência desta trajetória que é preciso percorrer ao longo de uma empreitada como esta. Por exemplo, tivemos algumas questões complicadas no início da empreitada, porque o primeiro concurso que abrimos ficou deserto. Depois passou-se algum tempo, meses, e fizemos outro concurso, e já apareceram candidatos porque aumentámos o orçamento, ou seja, aumentámos as despesas. Depois de haver concorrentes concretos, o segundo classificado do concurso fez queixa do primeiro, e tivemos mais quase meio ano à espera que o Tribunal decidisse. Depois, o Tribunal de Contas teve que ser envolvido, enfim, essas coisas todas. Tudo isso atrasou o início da obra e, como é evidente, refletiu-se na questão normal do término do Portugal 2020, que terminou no dia 30 ou 31 de dezembro de 2023, e no início do novo quadro comunitário. Como devem imaginar, a nossa obra está em curso. O término do Portugal 2020 causou algum embaraço financeiro, porque a obra continuou e o empreiteiro continuou a enviar os autos. Eles estavam decididos, mandaram os autos, e a Câmara Municipal teve que projetar uma prática financeira para que a obra não parasse. Para abreviar, isso resultou numa verba de quase um milhão de euros em autos sucessivos enviados pelo empreiteiro ao longo de 2024. Ou seja, a Câmara Municipal não recebeu qualquer apoio financeiro em 2024, nem dos quadros comunitários de apoio, nem do PRR, nem de outra fonte. Tivemos que gerir a empreitada, pagando a quem trabalhou, ao empreiteiro, até hoje. Conseguimos, do ponto de vista financeiro, pagar ao empreiteiro sem termos recebido nada do quadro comunitário de apoio, nem do Portugal 2020, que terminou, nem do Portugal 2030, que ainda está em transição. Esperamos que até março ou abril de 2025 essas verbas sejam recebidas. Portanto, como devem imaginar, pagar um milhão de euros para a Câmara Municipal de Resende é uma verba considerável, diferente de municípios como Porto, Lisboa ou Oeiras. Para nós, é tudo muito complicado. De maneira que, tudo isto obriga a uma série de reflexões, de uma série de conversações. Tivemos aqui na semana passada, penso que na quinta-feira, o secretário-geral da CIM, que veio cá de propósito para tratarmos destes assuntos e para definirmos a estratégia futura, porque nós temos direito a sermos ressarcidos dessa verba, de cerca de 85% ou 86%, uma coisa assim do género, de todo este dinheiro e todos estes autos que ainda não recebemos. Portanto,



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como vocês devem imaginar, isto causa aqui alguns constrangimentos. O que é facto é que continuamos a pagar aos nossos funcionários; não há um único funcionário que diga que, no final do ano, não recebeu o seu vencimento, e este mês, por exemplo, tivemos que pagar a dobrar aos funcionários, etc. Portanto, tudo isto é complicado, tudo isto custa horas e horas de pensamento, de conversações, de decisões, para que, enfim, a gente consiga, ao mesmo tempo que cumprimos todas as nossas obrigações a nível da gestão da Câmara Municipal, também continuar na nossa empreitada de Caldas de Aregos e nas responsabilidades que assumimos. Paralelamente a este investimento, há a parceria com a APPACDM e com a Diocese de Lamego na conclusão da obra do Seminário, fora outras iniciativas que nós temos e que definimos também para fazer parte do orçamento. Algumas iniciativas decorrem da abertura do Portugal 2030 e estão ao alcance da Câmara Municipal de Resende, através do CDCT - Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial, que a CIM – Tâmega e Sousa adquiriu nos investimentos territoriais. Portanto, nós temos aí inscritas, através do Portugal 2030, cerca de 9 milhões e meio de euros, à volta disso, para diversas ações, diversos eixos, que nos dão hipóteses de ter um financiamento, pelo menos a 85%, carregando 15% da participação nacional à Câmara Municipal. Daí nós achamos que, muito embora as submissões de candidaturas estejam ao nosso alcance neste momento, não seria justo que um futuro que estamos a terminar, que está a terminar o seu mandato no final de 2025, em setembro de 2025, não seria muito justo que nós, como em alguns municípios acontece, parecendo que querem "morder" tudo ao mesmo tempo, nós, para já, embora não tenhamos condição financeira para o fazer, decidimos que deveríamos ter um pouco de calma no que respeita à submissão das candidaturas. Elas são faseadas em cada um dos eixos. Não vamos à primeira fase; provavelmente, no final de 2025, ou lá para uma outra metade de 2025, há a possibilidade de submissão novamente de candidaturas. E aí já o futuro executivo terá acesso às verbas que estão inscritas no CDCT - Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial e que irão decidir depois fazer delas o que acharem melhor, se submetem ou não as candidaturas. De qualquer modo, escolhemos algumas iniciativas para este ano, nomeadamente é preciso fazer ali a conclusão da Portela. Estamos em negociações em relação aos terrenos, que se irão concluir brevemente, e a submissão da candidatura também será feita através da regeneração urbana. Ao mesmo tempo que as obras da envolvente do balneário, candidatura que vamos também submeter até ao final do ano, está a ser preparada para ser submetida nesta semana. Há aqui alguns investimentos que vamos continuar a fazer, como é evidente, daí o facto de eu ter guardado, respeitado esta possibilidade de acesso para futuras candidaturas no Portugal 2030. Outra questão diz respeito à Estratégia Local de Habitação, que tem sido um imbróglgio muito grande, não só para Resende, mas para todos. Temos ouvido nas notícias o que se tem passado dentro deste programa. Temos acompanhado: algumas habitações têm apoio à construção a 100% no âmbito do PRR, outras são a 60%, outras são a 40%. Enfim, uma complicação muito grande e, como é evidente, a adesão a este programa será feita em termos de construção mediante a disponibilidade financeira de cada município. Numa perspetiva geral destas questões, o



Handwritten signature and stamp in the top right corner.

que eu gostaria de sensibilizar-vos, até porque se seguirá outro executivo e outra assembleia municipal e outras decisões, e os deputados também têm de ter a sensibilidade do que um executivo sofre em relação a todas estas questões e necessidades de controlar a área financeira, que está na base de tudo isto. Apesar de reprovarem o orçamento, penso que é mais uma imposição política do que propriamente a vontade de cada um. Mas, de qualquer maneira, o nosso trabalho continuará dentro das nossas possibilidades. Muito obrigado.”-----

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

C.9. APROVAÇÃO DO PONTO 7 “ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E PREÇOS”, DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo, o Ponto 7 “Atualização da Tabela de Taxas e Preços”, dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

C.10. APROVAÇÃO DO ARTIGO 8.º DO ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL “APOIO A ENTIDADES TERCEIRAS”, PONTO 3 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo,, as medidas para orientar a execução orçamental “Apoyo a Entidades Terceiras”, ponto 3 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

C.11. APROVAÇÃO DO ARTIGO 9.º DO ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL “APOIO ÀS COMPETÊNCIAS MATERIAIS DOS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS”, PONTO 3 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo,, as medidas para orientar a Execução Orçamental “Apoyo às Competências Materiais dos Órgãos das Freguesias”, Ponto 3 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----



J. Machado

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

C.12. APROVAÇÃO DO ARTIGO 10.º DO ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”, PONTO 3 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo,, as medidas para orientar a execução orçamental “Assunção de Compromissos Plurianuais”, ponto 3 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

C.13. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025, PONTO 4 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo,, o Mapa de Pessoal para o Ano de 2025, ponto 4 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

C.14. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PONTO 11 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetido pelo órgão executivo,, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, ponto 11 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação foi o mesmo aprovado (votos contra da bancada do PPD/PSD e do membro José Manuel Carmo Vicente – PS), tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade.-----

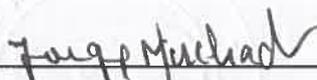


Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

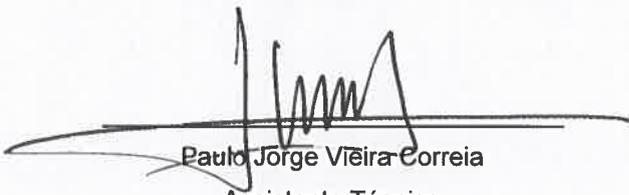
Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, o que foi aprovado por unanimidade, e deu por encerrada a reunião, eram 17h15.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2024.-----



Jorge Cardoso Machado

Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Jorge Vieira Correia

Assistente Técnico